Nº 67 JUNHO/2008
UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Rumor de urnas na América Latina

O XIV Encontro do Foro de São Paulo se reúne em Montevidéu e convoca campanha internacional pela Paz na Colômbia.

Páginas 6 e 7

Belo Horizonte: no centro da polêmica de alianças. Página 3

Marina Silva: fora do ministério, a luta continua
Páginas 4 e 5

Juventude: um balanço completo do 1º Congresso
Páginas 8 a 11

Formação Política: AE promove curso de formadores
Página 12

EDITORIAL

Esta edição de *Página 13* aborda o debate sobre política de alianças nas eleições municipais de 2008, a saída de Marina Silva do Ministério do Meio Ambiente, as resoluções do XIV Encontro do Foro de São Paulo, o balanço do 1º Congresso da Juventude do PT, além de divulgar o 1º curso de formação de formadores da Articulação de Esquerda. Falamos também do encontro do setorial de esportes do PT. Na edição de julho, traremos o balanço completo dos setoriais. Neste editorial, falaremos da campanha pela redução da jornada sem redução dos salários.

Tramita no Congresso Nacional a PEC 390/01, que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas. A CUT, junto com as demais centrais sindicais, desde fevereiro vem mobilizando a classe trabalhadora na defesa de sua aprovação. Vários atos foram organizados pelo Brasil afora, demonstrando a necessidade de reduzir a jornada para pressionar governos e empresas na geração de novos empregos e, conseqüentemente, melhorar as condições de vida de trabalhadores e trabalhadoras. Em junho, cumprindo a meta de mais de 1 milhão de assinaturas recolhidas, será entregue à Câmara dos Deputados o abaixo assinado das centrais sindicais.

A luta pela redução da jornada é histórica, assim como sua resistência por parte do capital, que necessita da exploração intensiva da força de trabalho e/ou de sua redução através do investimento tecnológico na busca incessante pelo lucro. Muitos setores do movimento sindical fazem a defesa da redução da jornada como se fosse benéfica a todos, empresários e trabalhadores. Defendem também que isso criaria um circulo virtuoso de crescimento econômico, capaz de auferir lucros aos capitalistas e, ao mesmo tempo, gerar mais empregos, criando assim um aumento de renda que aumentasse a capacidade de consumo das classes trabalhadoras. Ledo engano! Se isso fosse verdade não haveria resistência por parte de empresários, as economias nacional e mundial não conheceriam crises de nenhuma espécie e seríamos todos felizes para sempre.

Vivemos atualmente um período de crescimento econômico. Os números da economia nacional demonstram a enorme lucratividade das empresas produtivas e do setor financeiro. Nesse contexto, em que não há desculpas por parte dos empresários, devemos intensificar a exigência pela redução de jornada, por maiores salários, por melhores condições de trabalho e de vida para a classe trabalhadora, sabendo que na luta de classes não há espaço para ilusões.

SETORIAL DE ESPORTES

Rubens é o novo coordenador

Esporte e o Lazer são direitos sociais e devem ser compreendidos como expressões culturais fundamentais para o processo de socialização e humanização das novas gerações. São alavancas para o desenvolvimento integral das pessoas, e devem ser abordados na totalidade das relações sociais.

Tanto o Esporte quanto o Lazer, enquanto práticas culturais, carregam consigo os valores dominantes da sociedade capitalista. Assim não basta reivindicar o acesso ao Esporte e ao Lazer, mas propor e lutar pela construção de uma nova cultura esportiva e de ocupação do tempo livre, sempre à luz dos pressupostos da diversidade e da inclusão.

Os programas de esporte e lazer integrados em ações interdisciplinares apontam para melhor qualidade de vida, para a formação de uma consciência social de valorização de si mesmo, do outro, do meio-ambiente e da participação ativa na vida em comunidade.

Assim, o principal objetivo do Setorial de Esportes e Lazer do Partido dos Trabalhadores deve ser solidificar uma proposta política para o setor, que a partir da contribuição dos diferentes segmentos sociais e partidários, possa legitimar as diretrizes para o desenvolvimento de movimentos reivindicatórios e de políticas públicas.

O Setorial de Esportes está organizado em apenas oito estados: SP, RJ, DF, TO, MS, AM, SC, PE. Isto significa que mesmo em estados e municípios onde o PT está ou esteve à frente de governos, a área de Esportes está desarticulada em nível partidário. Superar esta situação articulando as práticas e as políticas de Esporte e Lazer é um desafio que nos colocamos.

Uma questão importante a ser enfrentada é a relação com o PCdoB, que à frente do Ministério de Esporte desconsidera o acúmulo existente no PT, não contribuindo para o processo de construção de uma política com o objetivo de superarmos as proposições reacionárias hegemônicas no Esporte e no Lazer no Brasil.

Encontro do Setorial Nacional de Esportes do PT elegeu Rubens Xavier para coordenar o Setorial

É importante fortalecer o Setorial enquanto instância de política partidária. É preciso promover o debate sobre as políticas públicas de Esporte e Lazer desenvolvidas nos governos do PT e também nos campos de atuação da nossa base militante, resgatando o acúmulo do campo progressista e socialista.

O recente Encontro do Setorial Nacional de Esportes elegeu Rubens Xavier Martins, professor de educação física, membro do diretório do PT Diadema, como Coordenador Nacional do Setorial de Esportes do PT. Rubens, militante da AE, foi eleito coordenador nacional com 26 votos dos 47 delegados presentes.

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores.

Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS),José Correia Neto(SE),Célio Antonio (SC),Expedito Solaney (PE), Fernando Nascimento (PE),Geraldo Cândido (RJ),Iole Iliada (SP),Ivan Alex (BA),Iriny Lopes (ES),Isaias Dias (SP),Jairo Rocha (MT),Janete da Costa Godinho (SC),Jonas Valente (DF),Larissa Sousa Campos (MG),Laudicéia Schuaba Andrade (ES),Lício Lobo(SP),Mário Cândido de Oliveira (PR),Marcel Frison (RS),Marcelino Gallo (BA),Marcelo Mascarenha (PI),Múcio Magalhães (PE),Pere Petit (PA),Rafael Pops (GO),Rafael Pinto (SP),Rosana Ramos (DF),Rosana Tenroller (RS),Rodrigo César (RJ),Rubens Alves (MS),Saulo Campos (MG),Talita Cardoso (PA),Valter Pomar (SP). Edição: Valter Pomar.

Edição: Valter Pomar **Diagramação**: Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secret. Gráfica**: Edma Valquer

Endereço para correspondência: R. Silveira Martins,160 conj. 11- São Paulo/SP - CEP 01019-000
E-mail: vpomar@hotmail.com

Matérias assinadas não expressam, necessariamente, a posição da Articulação de Esquerda.

Operação de alto risco

*Valter Pomar**

Ao substituir o exame caso a caso das especificidades locais, por uma espécie de gabarito de critérios, o DN facilitou tremendamente a aprovação de "exceções", ou seja, alianças com tucanos, demos e com o PPS.

Reunido no dia 30 de maio, o Diretório Nacional do PT (DN) aprovou três resoluções extremamente perigosas. Uma destas resoluções, aprovada por quase unanimidade, diz respeito a Belo Horizonte. Outra, aprovada por maioria, ampliou os prazos para recebimento de pedidos de alianças com partidos que não integram a base de apoio ao governo Lula. A terceira resolução, também aprovada por maioria, estabeleceu critérios para o DN votar os recursos sobre alianças.

Belo Horizonte

Para entender a resolução aprovada sobre Belo Horizonte, é necessária uma informação preliminar: na véspera do DN, ocorreu uma reunião da tendência "Construindo um Novo Brasil", que possui sozinha pouco mais de 40% do DN.

Nesta reunião, o prefeito Fernando Pimentel reconheceu que a aliança com o PSDB em Belo Horizonte seria derrotada, por larga margem. Sabendo disto, assumiu um compromisso com seus companheiros de tendência: desistiria da coligação, desde que o DN fizesse um gesto. Falando em português claro, Pimentel pediu "condições para capitular", entre as quais a direção não utilizar o termo "veto" e dar ao diretório de BH a tarefa de reformular a sua própria política de alianças.

A esmagadora maioria do DN estava disposta a fazer este gesto, garantidas algumas condições. A primeira condição era a retirada de um recurso que havia sido impetrado contra as deliberações da Executiva Nacional do PT, que havia vetado a aliança com os tucanos em BH.

A retirada deste recurso era vantajosa para os dois lados: para Pimentel, evitaria uma terceira derrota; para ambos (Pimentel e Diretório), permitia não ter que voltar a utilizar palavras como "veto", "proibição", "recusa" e quetais; e, mais importante, dava ao Diretório a garantia legal de que havia uma decisão 100% clara, vetando a aliança em BH (afinal, segundo resolução do próprio DN, competia à Executiva Nacional decidir sobre casos como BH).

A segunda condição era evitar que a recomendação ao diretório de BH, para que este reformulasse sua política, fosse enxergada como uma transferência de poder decisório.

Isto foi resolvido da seguinte forma: o Diretório Nacional recomendou ao DM de Belo Horizonte que mudasse sua política, deixando claro que a nova política não poderia incluir o PSDB e o PPS.

Ao mesmo tempo, a resolução aprovada pelo DN deixava claro que, se necessário, a executiva nacional voltaria a se reunir, para tomar as medidas que fossem necessárias. Noutras palavras: a palavra "veto" não aparecia, por não ser necessária; a palavra recomendação entrava em cena, acompanhada de parâmetros claríssimos; e, caso alguém descumprisse o acordo e tornasse necessário –por exemplo—uma intervenção, a executiva nacional tinha mandato para tal.

O acordo quase não sai, por dois motivos. O primeiro foi a ausência do prefeito Pimentel na reunião do Diretório. O segundo foi a tentativa, por parte de alguns membros do Diretório, de anular as resoluções da CEN. Esta tentativa foi levada adiante por Jilmar Tatto, José Mentor e Virgílio Guimarães, que entretanto recuaram antes da votação, ao perceber que iriam perder, o que deixaria explícito para todos que o DN estava fazendo um gesto na forma, mas que o conteúdo continuava o mesmo: nada de PSDB na coligação.

Aprovada a resolução, teve início a usual batalha de versões na imprensa. Quando fechamos esta edição de *Página 13*, não estava claro se as declarações dadas à imprensa, por petistas aliados de Aécio, eram demonstração de rebeldia ou cortina de fumaça para o recuo.

Seja como for, o fundamental é saber se Pimentel de fato vai recuar na sua intenção de coligar formalmente com o PSDB ou se vai tentar realizar uma coligação informal com os tucanos. A segunda hipótese é a mais provável, salvo se o prefeito descumprir a palavra empenhada e romper todas as pontes com seu partido e com sua própria tendência.

Nesta segunda alternativa, reside o alto risco da operação de acordo. Afinal, se Márcio Lacerda for o prefeito de Belo Horizonte, os grandes vencedores não serão o PT nem tampouco o PSB, mas sim Aécio Neves e Ciro Gomes. O PT terá perdido a prefeitura de uma capital, terá fortalecido adversários e seguirá profundamente rachado, em Minas Gerais, entre o grupo de Pimentel (com seus aliados no Movimento PT e na Construindo um Novo Brasil) e o restante do Partido.

Prazos e critérios

A mudança nos prazos e a adoção de critérios para julgamento de alianças com partidos que estão fora da base de apoio do governo Lula foram, também, operações de altíssimo risco.

A mudança nos prazos, além de premiar quem descumpriu a resolução da executiva nacional e de reforçar a idéia de que no fim se dá um "jeitinho", serve como um estímulo para que "mil coligações floresçam".

Mas o gesto mais arriscado do Diretório Nacional foi ter aprovado critérios "automáticos" para julgar recursos e pedidos de alianças, tais como "não estar na chapa majoritária" e "ter feito parte da coligação em 2004".

Na prática, isto eliminou o estudo caso-a-caso dos pedidos de coligação, uma decisão totalmente contraditória com o discurso segundo o qual o PT pode fazer, excepcionalmente, alianças com partidos fora da base, uma vez que há especificidades locais que devem ser levadas em conta.

Ao substituir o exame caso a caso das especificidades locais, por uma espécie de gabarito de critérios, o DN facilitou tremendamente a aprovação de "exceções", ou seja, alianças com tucanos, demos e com o PPS.

Moral da história: a maioria da direção segue prisioneira do taticismo, porta de entrada para o oportunismo. ★

***Valter Pomar,** secretário de relações internacionais do PT.

Ambiente e crescimento econômico

*Luciano Zica**

O debate ambiental no Brasil é ainda recente, no entanto nos últimos anos tem ocupado crescente espaço na mídia, nos governos e felizmente nos corações e mentes da população.

O aquecimento global passa a ser uma preocupação importante, a impor uma mudança de postura da indústria, da agricultura, pecuária, enfim em todos os segmentos econômicos, e evidentemente nos grandes aglomerados urbanos, ante os problemas de ocupação territorial irregular, além dos graves problemas do transporte e de saneamento ambiental urbano.

O modelo de exploração dos recursos naturais de forma extensiva, sem planejamento, que orientou o crescimento econômico do primeiro mundo, se faz presente também no Brasil, com conseqüências graves para o meio-ambiente, especialmente para a sustentabilidade social e ambiental das atividades.

Nossas bacias hidrográficas estão degradadas, seja pela descarga de esgotos urbanos ou efluentes industriais sem tratamento, seja pela eliminação de matas ciliares na área rural ou pela ocupação urbana desordenada sobre áreas de proteção permanente.

A exploração madeireira na região amazônica, agregada à expansão da fronteira agropecuária sobre os biomas do cerrado do pantanal e da própria Amazônia, tem sido permanentemente tema de debate, particularmente a partir da polêmica sobre a produção de biocombustíveis.

O que tem feito o Ministério do Meio Ambiente, ante essa situação?

A Ministra Marina Silva, a partir do início do governo Lula, estruturou o desmontado Ministério do Meio Ambiente que tinha um quadro de pessoal 90% terceirizado, realizando concursos públicos para criação de um quadro efetivo de analistas e gestores ambientais, enfrentou a corrupção no IBAMA fortalecendo estruturas de fiscalização e licenciamento mais adequadas, porém ainda insuficientes. Produziu assim uma redução de 51% no desmatamento, nos últimos três anos.

No que tange ao licenciamento, podemos dizer que o cuidado tem assegurado a sustentabilidade dos empreendimentos, só como exemplo podemos citar o caso das usinas do Rio Madeira, que tanta polêmica geraram, que tiveram a primeira licença condicionada a 33 exigências de cuidados e providências ambientais.

A ex-ministra Marina tem dito que o Brasil tem o privilégio de ser cobrado pelo que fará com sua biodiversidade, com suas populações tradicionais e seu extraordinário patrimônio genético, enquanto o chamado primeiro mundo precisa ser cobrado pelo que fizeram com os seus.

Podemos citar, também, a transposição do São Francisco, cujo projeto inicial previa 380 metros cúbicos por segundo; após revisão e redimensionamento, teve seu licenciamento autorizado para 26,4 metros cúbicos no período crítico, até no máximo 114,5 metros cúbicos quando a represa de Sobradinho estiver vertendo.

Agora, no segundo mandato do presidente Lula, o Ministério do Meio Ambiente passou por uma reestruturação, com a criação de 3 novas secretarias: a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania (SAIC), a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental (SMCQ) e a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU).

A SAIC ficou responsável por toda a articulação institucional, inclusive a realização da terceira conferência Nacional do Meio Ambiente, que teve a participação em todo o Brasil de mais de 150.000 pessoas.

A SMCQ está elaborando o Plano Nacional de mudanças climáticas e o projeto de lei de política nacional para mudanças climáticas.

A SRHU, além de fazer a gestão dos recursos hídricos no país, consolidando e regulamentando o Plano Nacional de Recursos Hídricos, cuidando da revitalização de bacias, trazendo um novo olhar sobre o ambiente urbano, com a política nacional de resíduos sólidos, expressa no PL-1991/2007, enviado ao Congresso pelo presidente Lula. E, também, trabalhando uma política de recuperação de áreas degradadas urbanas.

No entanto, a ação do governo é pouco retratada na mídia, e muitas vezes setores do próprio governo fazem questão de desconhecer essas ações e sua importância.

Com o agravamento da questão do desmatamento da Amazônia, mesmo após duras medidas tomadas pelo IBAMA, o Ministério do Meio Ambiente convenceu o conjunto do governo a tomar medidas mais pesadas contra os criminosos responsáveis pelo desmatamento, por exemplo a resolução do Conselho Monetário Nacional que impede o repasse de créditos pelo Sistema Financeiro Nacional a produtores que cujas propriedades tenham áreas de desmatamento ilegal.

Com vistas a assegurar condições de desenvolvimento sustentável aos oito milhões de brasileiros que vivem na Amazônia Brasileira, o presidente Lula anunciou o PAS – Programa Amazônia Sustentável, envolvendo os nove estados da região, com um ousado arcabouço de medidas e recursos financeiros para garantir, com desenvolvimento, a manutenção da floresta e a recuperação de áreas devastadas.

A adoção dessas medidas duras contra o desmatamento ilegal gerou um enfrentamento entre segmentos do governo, empresários e governadores como Blairo Maggi (do Mato Grosso), grande produtor de soja e proprietário de áreas devastadas ilegalmente.

Diante da pressão desses segmentos, o presidente Lula cometeu o ato que levaria ao pedido de demissão da ministra Marina. Antes o PAS seria coordenado pelo Ministé- ⇨

rio da Integração e executado pelo Ministério do Meio Ambiente (a ministra Marina era a secretária executiva do PAS). Ao anunciar o PAS, o presidente Lula afirmou que a ministra Marina e o ministro Gedel tinham interesses na região e, tranqüilizando os governadores, afirmou que indicaria alguém isento para tomar conta do PAS, nomeando para gestor do Programa Amazônia Sustentável o "ministro do futuro", Mangabeira Unger. Lula desautorizou publicamente a Ministra Marina, sem sequer conversar com ela.

Este fato se somou às inúmeras dificuldades para implementar as políticas ambientais do governo que, aliás, não deveriam ser encaradas como políticas do Ministério do Meio Ambiente, mas sim políticas transversais.

Para exemplificar essas dificuldades, posso citar o fato de o governo Lula, nos seus primeiros quatro anos ter criado 23 milhões de hectares de unidades de conservação, enquanto nos últimos 16 meses criou apenas trezentos mil hectares, ou seja: uma redução e uma atuação pífia, embora haja inúmeros processos de criação de unidades de conservação parados na Casa Civil.

Esse acúmulo de dificuldades e a avaliação de Marina, de que ela não via mais possibilidade de continuar avançando com a agenda ambiental, levaram a ministra a se demitir na esperança de que, com novos atores no front, a luta possa continuar com maior eficácia.

A ministra Marina tem dito que o Brasil tem o privilégio de ser cobrado pelo que fará com sua biodiversidade, com suas populações tradicionais e seu extraordinário patrimônio genético, enquanto o chamado primeiro mundo precisa ser cobrado pelo que fizeram com os seus. E nós temos o dever de agir para que tenhamos tranqüilidade para entregar às futuras gerações um país melhor do que aquele que encontramos.

Para substituir Marina, foi indicado o já empossado ministro Carlos Minc, figura histórica na luta ambiental. Isso nos permite manter a esperança de que a nova direção possa avançar nas políticas até aqui implementadas aperfeiçoando-as.

Seja como for, é alentador ver que, da mesma forma como em décadas passadas, o governo tinha que chamar a imprensa para dizer que uma eventual troca de ministro da área econômica não traria mudanças na política, agora o faz para dizer que a saída da ministra do meio ambiente não ameaça a continuidade da política ambiental no Brasil.

Desejamos sorte ao Ministro Minc e à sua equipe, com a convicção de que o alarme apresentado pelo painel da ONU, o IPCC sobre o aquecimento global, imponha a todo o mundo uma mudança nos padrões de produção e consumo. ★

***Luciano Zica,** ex-deputado federal do PT-SP, integrou a equipe da ministra Marina Silva

Roendo o Osso

Livro de cartuns, 88 páginas pb, capa cor.
Autores Ohi (ohitine@gmail.com) e Mouzar Benedito.
Editora Publisher www.publisherbrasil.com.br .

O livro é uma coletânea de cartuns publicados ao longo destes anos, a partir do jornal Brasil Agora, que circulou na década de 90. E outras publicações, como este *Página 13*.

O personagem central é um cachorrinho, que acompanha o seu dono, um vendedor de jornal, o Extra. E quando o jornaleiro diz uma manchete, o cachorrinho comenta. Política, economia, cultura...nada escapa de uma boa mordida do cachorrinho.

O cachorrinho também aparece sozinho, filosofando sobre a vida que levamos.

Esqueça Rintintin, Capeto, Lassie, Lobo, Snoopy, Bobby Pai e Bibo Filho, Pluto, Bidu e tantos outros. O osso da hora é roído pelo cachorrinho. Assim mesmo, cachorrinho, sem nome, sem letra maiúscula e nem pedigri. O cachorrinho não vem com focinheira, pois cão que morde não ladra. O cachorrinho não ataca, vai se defendendo neste mundo cão. Criado em 1992 pela impagável dupla - impagável porque ninguém pagava pelo trabalho de ambos - Mouzar Benedito e Ohi, o cachorrinho fez seu debute no Brasil Agora, jornal de um partido de esquerda existente naquela época, chamado PT. A diagramação caracterizava-se por um recuo nas colunas externas das páginas, onde eram publicadas notas, maledicências e desenhos. Como jornal que se preze não tem rodapé, coisa mais aparentada a teses acadêmicas, Mouzar logo batizou o espaço de rodalado. Nesta espécie de poste gráfico, que tomava o papel de alto a baixo, o cachorrinho fazia das suas, comentando os fatos da semana.

O cachorrinho nunca foi vacinado, nunca obedeceu placas tipo "cuidado com o cão" e sempre inventou de fazer o que não devia. Um pouco por conta de suas artimanhas e muito porque o jornal saiu literalmente da linha, a direção do PT resolveu acabar com a brincadeira dois anos depois e o Brasil Agora deixou de circular. Meio sem eira nem beira, o cachorrinho virou animal sem dono e sem patrão. Esgueirou-se por outras páginas da vida. Quando alguém achava que ele havia virado salsicha, o bicho ressuscitava em lugares inesperados e mais inspirado que nunca. O Mouzar, quanto mais velho fica, mais se parece fisicamente com seu principal guru, o imortal Barão de Itararé (1895-1971), o mais plebeu dos nobres brasileiros. Talvez por isso, várias falas do cachorrinho sejam baronices em estado bruto. E os desenhos do Ohi alcançaram tamanho grau de síntese e simplicidade, que a gente olha e pensa que o cachorrinho não poderia ter outra cara. Seu traço é certeiro como um haicai. Nunca antes na história deste país os dois se juntaram para apresentar the best of the cachorrinho em livro. Se ambos não conseguirem agora suas vagas na Academia Brasileira de Letras, é porque outro animal lhes passou à frente.

Gilberto Maringoni

Parece que alguns dinossauros escaparam da extinção

*Valter Pomar**

A revista Veja mandou um editor cobrir o XIV Encontro do Foro de São Paulo, realizado de 22 a 25 de maio, em Montevidéu (Uruguai). Veja não mandou qualquer editor, mas o responsável por aquela matéria de capa que trata Che Guevara como um assassino fedorento. O jornalista de Veja parecia muito simpático, mostrando que "quem vê cara, não vê redação", como se poderá confirmar lendo as matérias sobre o Foro publicadas na edição de Veja que circulou na primeira semana de junho de 2008. Mas o que mais chama a atenção na matéria de Veja não é o reacionarismo, mas o incômodo de quem parece ter descoberto que a esquerda não foi extinta em 1989.

Dezoito anos depois

O Foro de São Paulo foi criado em 1990, reunindo um amplo arco de partidos de esquerda e progressistas, alguns socialistas, outros não, em torno da crítica e da luta contra as políticas neoliberais e em favor de alternativas.

Naquela época, o único governo dirigido por um partido vinculado ao Foro de São Paulo era o de Cuba. Hoje, partidos vinculados ao Foro de São Paulo estão presentes em cerca de 13 governos latino-americanos. Na América do Sul, a maioria dos países é dirigida por governos integrados por partidos membros do Foro.

O Partido dos Trabalhadores participou do XIV Encontro do Foro de São Paulo, através de uma delegação de quase 70 pessoas. Os petistas estiveram presentes nos grupos de trabalho e nas plenárias do Foro, assim como em muitas atividades paralelas, tais como um seminário promovido pela Casa Bertold Brecht, uma reunião da Coordenação Socialista Latinoamericana e um debate sobre Maio de 68; em reuniões com alguns dos partidos que compõem a Frente Amplio do Uruguai, como a Vertente Artiguista, o Partido Socialista e o Movimento de Participação Popular; com delegações do Partido Revolucionário Democrático mexicano, do PC cubano, do Movimento ao Socialismo da Bolívia, do Movimiento País do Equador, entre outros. Um momento destacado foi a homenagem oferecida em memória de Nani Stuart.

O XIV Encontro do Foro tratou de muitos assuntos: juventude, mulheres, atividade parlamentar, conjuntura mundial e latino-americana, a integração de nosso continente, a atuação dos governos de esquerda e progressistas. Todos os documentos estão disponíveis, em espanhol, na página eletrônica do PT (www.pt.org.br).

A importância da América Latina

Não foi apenas por anticomunismo que a Veja teve que acompanhar o XIV Encontro do Foro de São Paulo. Acontece que a América Latina é a única região do mundo que faz um movimento nitidamente progressista e à esquerda.

Noutras regiões, a esquerda possui uma força muito menor, as vezes quase marginal. Nos EUA, com Barak Obama ou com John MacCain, a imensa maioria do povo terá que escolher entre formas e estilos diferentes de tentar evitar o declínio da hegemonia norte-americana. Na União Européia governada pelos partidos conservadores, a palavra de ordem é ser "global" e "competir no mundo". Na China e seu entorno asiático, as razões de Estado falam mais alto que o internacionalismo. No Oriente Médio e na África, predominam as guerras.

Claro que o movimento à esquerda na América Latina, se faz nos marcos de um período de defensiva histórica do socialismo, de hegemonia capitalista sem paralelo e por isto mesmo, de forte instabilidade: baixas taxas de crescimento nos países centrais, efeitos colaterais da financeirização, acentuada concorrência inter-capitalista, emergência dos Brics, crescente crise social, crise das instituições políticas em âmbito nacional e internacional, conflitos militares, profundos problemas ambientais etc.

Num ambiente como este, a esquerda latino-americana só sobreviverá, no curto, médio e longo prazo, se promover uma forte integração continental. Um bloco regional, hegemonizado pela esquerda, cumpre um papel ao mesmo tempo defensivo (anti-imperialista) e ofensivo (através da sinergia entre o potencial populacional, produtivo, cultural, científico-tecnológico e militar de cada país da região).

Mas a integração só dará certo se tecida, simultaneamente, entre povos, governos, movimentos sociais e partidos. E só haverá hegemonia da esquerda, se esta se articular em âmbito continental. Daí a importância, entre outros motivos, do Foro de São Paulo.

O debate sobre o terrorismo

O tema "Colômbia" teve destaque no XIV Encontro do Foro de São Paulo.

Existe uma guerra na Colômbia há várias décadas. Estão envolvidos nesta guerra o governo colombiano, forças paramilitares e guerrilhas (que resolução da OEA chama de forças insurgentes), assim como o governo dos Estados Unidos.

A quem interessa esta guerra? Em primeiro lugar, aos Estados Unidos, que precisam de pretextos para manter bases militares na América do Sul. Em segundo lugar, à direita colombiana, que se beneficia politicamente do estado de guerra, seja para conseguir recursos nos Estados Unidos, seja para manter a popularidade de Uribe, seja para evitar o crescimento eleitoral da esquerda colombiana, agrupada no Pólo Democrático Alternativo.

O Foro de São Paulo defende a paz na Colômbia. A paz interessa ao povo colombiano, interessa à esquerda colombiana, interessa à maioria dos governos latino-americanos, interessa a todos os setores democráticos e progressistas do continente e do mundo. A paz interessa, inclusive, às guerrilhas colombianas, que aliás não têm como vencer este conflito armado e se desgastaram profundamente no último período, não apenas por razões militares, mas também devido à opções profundamente incorretas e politicamente negativas, como os seqüestros.

O Foro de São Paulo quer uma solução negociada para o conflito na Colômbia. Queremos que os conflitos sociais existentes naquele país sejam tratados pela via política, da mobilização social e das disputas eleitorais. Por óbvio, queremos uma solução negociada, que não desemboque no assassinato de quem hoje está na guerrilha, evitando o que aconteceu noutro processo de paz, quando milhares de militantes da União Patriótica, inclusive candidatos à presidência da República, foram assassinados.

Já o governo Uribe e os Estados Unidos acreditam que podem vencer a guerra. Por isso, implementam um governo ultra-conservador, estimulam o para-militarismo, violam fronteiras e defendem classificar as Farc como "terroristas". Sobre as implicações práticas desta classificação, vale acompanhar os recentes ataques de Bush contra Obama e contra a diplomacia francesa.

O Foro de São Paulo segue outro caminho. Por exemplo, divulgar os fatos, mostrando que a guerra na Colômbia tem causas históricas, políticas e sociais profundas que precisam de solução. Denunciar a atitude do governo Uribe e do governo dos Estados Unidos, que precisam da guerra. Buscar apoios, nos parlamentos, nos governos e nas sociedades dos EUA, União Européia e América Latina, para uma solução pacífica e negociada para o conflito colombiano. Prestar solidariedade prática às forças de esquerda, democráticas e progressistas da Colômbia, por exemplo, o Pólo Democrático Alternativo, a CUT e a senadora Piedad Córdoba. Exigir a liberdade imediata dos seqüestrados e o intercâmbio humanitário. Desencadear uma campanha internacional pela paz na região.

São ações como estas que podem acabar com a guerra. Este é o caminho para a paz na Colômbia, que criará o ambiente político que permitirá, mais cedo ou mais tarde, que aquele país também seja governado por forças progressistas e de esquerda. ★

***Valter Pomar,** secretário de relações internacionais do PTT

PONTOS DE AGENDA

Junho, atividades pelos 100 anos do nascimento de Salvador Allende

Julho, atividades pelos 80 anos de nascimento de Che Guevara

10 de agosto, referendo revogatório na Bolívia

15 de agosto, posse de Fernando Lugo no Paraguai

1 de janeiro de 2009, aniversário de 50 anos da revolução cubana

Resolução sobre o Haiti

O XIV Encontro do Foro de São Paulo decidiu colocar o Haiti "como elemento central da agenda política dos partidos do Foro de São Paulo no próximo período, tanto em âmbito nacional como continental, tendo como prioridade a contribuição solidária" dos partidos membros do Foro, dos movimentos sociais e dos governos de esquerda e centro-esquerda do continente, para com "o processo de autodeterminação do povo haitiano em sua luta por melhores condições de vida em seu país".

Se decidiu, também, "estabelecer com os governos latino-americanos sensíveis a causa haitiana, em particular os governos populares, de esquerda e centro-esquerda do continente, uma política para ação comum e coordenada com governos e instituições do povo do Haiti", que tenha como objetivos:

a) no que diz respeito "as tropas militares da ONU, que hoje cumprem um papel de manutenção da segurança pública e da estabilidade política a pedido do governo constitucional do Haiti", o Foro considera necessário "a retirada progressiva das mencionadas tropas num cronograma definido em comum acordo com o governo do Presidente Preval";

b) "a elaboração de uma agenda para o fortalecimento do Estado nacional haitiano, contribuindo com nossas experiências para o aperfeiçoamento das instituições políticas no país e para o cumprimento do papel do Estado como indutor do desenvolvimento e da promoção de políticas públicas universais e de qualidade";

c) "o incremento da cooperação econômica com o Haiti, mobilizando recursos próprios e privados para inversões em infra-estrutura e desenvolvimento local, como forma de contribuir para a sustentabilidade econômica e social e para o processo de consolidação democrática do país";

d) "estimular a mais ampla participação popular nos esforços de solidariedade e cooperação com Haiti, em sintonia com os movimentos sociais e demais instituições da sociedade civil e democrática de nossos países, aumentando a presencia humanitária e a integração de nossos povos, fortalecendo laços sociais e culturais com a emancipação do povo haitiano".

Fórum Social Mundial

O Diretório Nacional do PT, reunido no dia 30 de maio de 2008, aprovou uma resolução sobre o Fórum Social Mundial 2009 Amazônia, que será realizado de 27 de janeiro a 1 de fevereiro, na cidade de Belém do Pará, num estado governado pelo Partido dos Trabalhadores. Reproduzimos abaixo os principais trechos da resolução:

"O PT apóia desde o início o Fórum Social Mundial, que jogou e segue jogando um papel extremamente importante na luta contra o neoliberalismo e na articulação de alternativas".

"O FSM Amazônia possui particularidades conjunturais importantes. Ocorrerá poucos meses depois da eleição presidencial norte-americana, num contexto internacional marcado por fortes conflitos e crises. Ocorrerá numa região de interesse estratégico, para o mundo e para o Brasil, seja pela biodiversidade, seja pelos interesses econômicos envolvidos, bem como pelo conflito militar na Colômbia. Ocorrerá logo após as eleições municipais brasileiras e num ano em que vão se acelerar as movimentações tendo em vista a eleição presidencial de 2010".

Esperamos "que o Fórum Social Mundial ofereça diagnósticos e alternativas à altura dos desafios do momento. Respeitando as dinâmicas e o espaço próprio do Fórum, o PT buscará contribuir com isto apoiando sua realização, mobilização suas bases para participar e organizando (direta ou indiretamente) atividades".

"Qualificar a presença do PT, de outros partidos brasileiros, bem como dos partidos do Foro de São Paulo e de outras articulações partidárias de esquerda e progressistas, ajudará o próprio Fórum Social Mundial a cumprir seus objetivos".

"A participação do PT no Fórum Social Mundial tem que ser propositiva. Daremos atenção especial para quatro eixos temáticos: a) os temas amazônicos; b) o debate estratégico acerca do Fórum Social Mundial, aí incluído com destaque tudo que envolve a ação dos movimentos sociais; c) a situação latino-americana; d) a ação dos governos de esquerda e progressistas, sua relação com partidos e movimentos. Destes quatro temas, priorizaremos os temas amazônicos".

Um grande primeiro passo

*Altemir Viana**

O 1º Congresso da Juventude foi convocado pelo 3º Congresso Nacional do PT. Aconteceram cerca de 1.400 congressos municipais e 24 congressos estaduais. Amazonas, Roraima e Rondônia não realizaram as etapas estaduais, no entanto participaram do congresso nacional delegados de base de Rondônia e Amazonas.

O Congresso mobilizou cerca de 14 mil jovens em todo o país. Todos os congressos municipais e estaduais debateram dois temas: 1)o Brasil que Queremos; 2) Juventude do PT: Concepção e Funcionamento.

No dia 22 de maio aconteceu um Seminário Internacional de Juventude, com a participação de delegações do México, Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Paraguai, Angola, Alemanha e do Núcleo do PT em Lisboa.

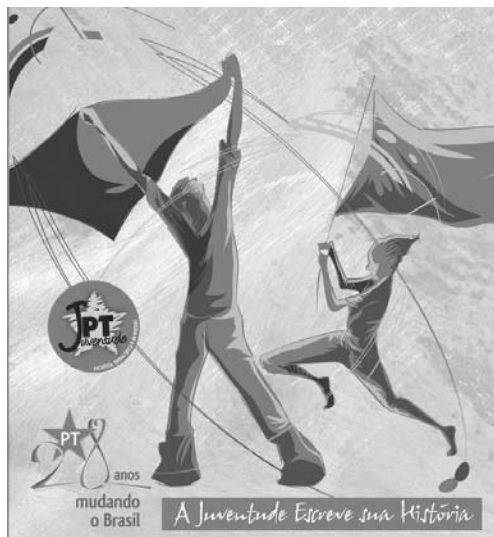
Na sexta-feira, aconteceu uma exposição da delegação Paraguai, com uma analise sobre a vitória de Lugo e a integração latina americana. Essa atividade encerrou com palavras de ordem “te cuida, te cuida, te cuida imperialista, que a América Latina vai ser toda socialista”.

Aconteceram, também, atividades envolvendo GLBT, Negros, Meio Ambiente, Pastoral da Juventude, Estudantes Secundaristas e Mulheres. Destacamos a atividade das mulheres, que foi a maior em quantidade e teve um debate sobre os grandes temas do feminismo no Brasil e no PT.

Tivemos, ainda, um importante debate sobre a política ambiental no Brasil e o ecossocialismo, bem como um Ato em Defesa do Meio Ambiente e em memória aos 20 anos de morte do companheiro Chico Mendes.

O credenciamento dos delegados ao Congresso foi feito no dia 23 de maio. Ao todo, foram credenciados 804 delegados.

Resoluções aprovadas

No tema “o Brasil que Queremos”, foi consenso uma resolução de apoio a posição direção nacional do PT, contra a coligação com o PSDB em Belo Horizonte. Foi aprovada, também, uma moção pela saída de Henrique Meirelles do Banco Central. Houve um debate quente sobre a proposta de democratização dos meios de comunicação, acompanhada da proposta de saída do ministro Helio Costa.

Neste último ponto, a “Construindo um Novo Brasil” defendeu a permanência, com a justificativa de que devemos defender o Governo Lula e sua composição. Essa votação dividiu o plenário: de um lado a CNB, de outro lado todas as outras tendências. Após uma votação apertada, a mesa decidiu anunciar, por contraste, a vitória da proposta em favor da saída de Helio Costa.

No tema Concepção e Funcionamento, foi consensuada uma resolução que em síntese defendia autonomia organizativa, a organização em núcleos e a estrutura funcional da JPT.

Esta estrutura ficou assim definida: Secretari@ em vez de presidente ou coordenador geral; uma executiva de dez membros; um pleno de 26 membros; e um conselho nacional de Secretários Estaduais.

Houve polêmica sobre a vinculação de 3% do orçamento do PT para a organização da Juventude. Essa proposta recebeu 357 votos, contra a posição defendida pela CNB e O Trabalho, que obteve 370 votos.

O comportamento das tendências

A “Construindo Um Novo Brasil”, nos estados do país, está dividida em várias frações. Isso motivou um grande tensionamento entre eles nas etapas estaduais, onde as vezes disputaram com mais de um candidato, as vezes compuseram com tendências da esquerda, as vezes não participaram do congresso estadual (caso da Bahia), as vezes tentaram impedir a realização do congresso estadual (caso de Pernambuco, Amazonas e Rondônia).

Paradoxalmente, esta divisão pode ter ajudado na eleição de mais delegados.

A CNB chegou ao Congresso com a maior delegação individual, composta por cerca de 380 delegados em apoio à tese “Deixa chegar o sonho. Prepara uma avenida que gente vai passar”.

Tinham quatro pré-candidatos a secretario e debateram dois dias para eleger um nome de consenso. Ao final foi escolhida Severine Macedo, de Santa Catarina, ligada a agricultura familiar e a FETRAF-SUL.

A segunda bancada do Congresso era da Articulação de Esquerda, que compareceu com 135 delegados, tendo uma pequena quebra frente aos 141 delegados eleitos nos estados e na base, em 20 estados do país.

A tese da Articulação de Esquerda chamava-se “Tô Vendo Uma Esperança”. Defendíamos o nome do companheiro Rodrigo César para Secretario Nacional. Fizemos várias plenárias para debater as resoluções políticas importantes no congresso, tivemos uma boa visibilidade com adesivos, divulgação do Pagina 13 e uma bancada coesa, animada e disciplinada.

A Democracia Socialista (DS) e seus aliados da Mensagem ao Partido chegaram ao Congresso com 123 delegados, defendendo a tese “Avante: fortalecer o PT passa pela Juventude”, tendo com candidato o Eduardo Valdoski (SP).

O Movimento PT, o PTLM e alguns grupos regionais chegaram ao Congresso com 83 delegados, defendendo a tese “Fora da Ordem”. Fez várias plenárias, defendeu resoluções conjuntas com a esquerda do Partido e tinha como candidato o companheiro Gabriel (RJ).

O MAIS, grupo originado de uma cisão na juventude do antigo Campo Majoritário, que no PED 2007 apoiou a Mensagem ao Partido, tinha 41 delegados. Não tinham candidatura própria, no geral votaram posições com a esquerda.

A Militância Socialista tinha 14 delegados. Não tinha candidato.

O Trabalho tinha apenas 4 delegados. Não apresentou tese. Suas principais propostas eram: “autonomia da juventude” e “pela saída das tropas brasileira do Haiti”. Não tinha candidato.

A eleição

Duas chapas disputaram a eleição da direção. De um lado, a Socialista, reunindo ⇨

Articulação de Esquerda (AE), Democracia Socialista (DS), Movimento PT (MPT), Movimento de Ação e Identidade Socialista (MAIS) e Tendência Marxista (TM) – além da Militância Socialista, Esquerda Marxista e PT de Luta e de Massas.

De outro lado, a chapa Juventude Unida, composta pela CNB, O Trabalho e por parte da Militância Socialista, a quem foi oferecida uma vaga na executiva da Juventude.

O resultado da eleição de chapas deu maioria Socialista (399 votos), contra 397 votos da CNB.

A polarização na disputa de chapas, não se reproduziu na eleição do secretário. Foram inscritos quatro nomes: Severine, pela CNB; Eduardo, pela Democracia Socialista/Mensagem; Rodrigo César, pela Articulação de Esquerda; Gabriel, pelo Movimento PT.

O resultado do primeiro turno de eleição do secretário foi o seguinte: Severine/CNB-OT obteve 388; Eduardo/DS-Mensagem-MAIS obteve 163 votos; Rodrigo/AE obteve 150 votos; Gabriel/Movimento PT obteve 83 votos. No segundo turno, Severine ganhou com 402 votos, contra 357 votos dados a Eduardo. Ou seja: CNB perdeu na eleição da direção, mas elegeu a secretária.

É importante lembrar que o resultado do primeiro turno foi anunciado as 20 horas de domingo. As 22 horas de domingo iniciou a votação do segundo turno. Nesse meio tempo, muitos delegados tiveram que viajar, pois a programação previa que o encerramento deveria ter acontecido as 12 horas de domingo. Mesmo assim, a CNB garantiu sua votação e ampliou a quantidade de votos, em parte por ter viabilizado a estrutura para os delegados ficarem e voltarem depois, em parte porque conseguiu fazer uma aliança com setores do PTLM, do Movimento e do MAIS.

Esboço de balanço

O candidato da DS foi para o segundo turno, com uma vantagem de 13 votos frente ao candidato da AE.

O candidato da Articulação de Esquerda recebeu nossos 135 votos, mais o apoio de parte da Militância Socialista (9 votos) e alguns descontentes da CNB.

Se tivéssemos conseguido o apoio do Movimento PT, nossa candidatura teria ido ao segundo turno. Mas o Movimento PT, apesar de ter 83 votos (contra 135 votos da AE) não aceitou apoiar nosso nome; pelo contrário, defenderam até o final que nós apoiássemos a candidatura de Gabriel.

A Articulação de Esquerda decidiu manter nossa candidatura, por diversos motivos, entre os quais: éramos a segunda tendência do Congresso, tínhamos o dobro da bancada do Movimento PT e, principalmente, porque a AE possui uma elaboração orgânica e coletiva sobre os temas da juventude, que não podia ser colocada em segundo plano, por uma lógica eleitoral.

Apesar de não termos levado nossa candidatura para o segundo turno, a Articulação de Esquerda foi de fato a segunda maior tendência do Congresso.

Poderíamos ter tido um melhor resultado eleitoral, se nossas lideranças não tivessem sido consumidas pela organização e garantia do Congresso. A Articulação de Esquerda esteve à frente da Secretaria Nacional de Juventude, de 2005 até o Congresso, ajudou a reorganizar a juventude petista e a organizar o 1º Congresso de Juventude do PT. A etapa final do Congresso quase foi adiada, em decorrência da Secretaria de Finanças alegar falta de recursos e estrutura. Coube a nós, da Articulação de Esquerda, assumir grande parte da responsabilidade pelo funcionamento do Congresso, o que inclui alojamento, infraestrutura, programação, comunicação e credenciamento dos delegados. Isso consumiu muito a energia de nossas lideranças em todo o processo do Congresso, limitando nossa intervenção e articulação política para a disputa do Congresso.

Seja como for, o 1º Congresso da Juventude do PT abriu um novo etapa, tanto para o Partido, quanto para nossa tendência. Agora temos organizações em 1.400 municípios, que precisam ter funcionamento permanente. A Articulação de Esquerda tem condições de ampliar sua base partidária, a partir da intervenção junto a juventude, pois temos mais acúmulo programático no debate das políticas publicas, estamos organizados na UNE, UBES, PJ e Mulheres. Agora cabe fomentar a organização de núcleos de juventude, com a tarefa de formação, integração e ação política direta.★

***Altemir Viana** é militante do PT Amazonas e integrante da Direção Nacional da AE

A esperança se fortalece

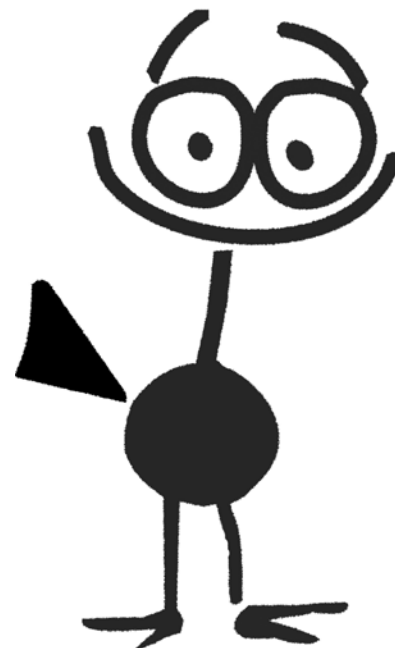
*Rodrigo César**

A realização do I Congresso da Juventude do PT confirmou na prática o que era dito em teoria: a juventude petista quer se organizar – e luta por este direito.

Para alguns, pode parecer estranho que dentro do PT se lute por direitos. Para outros, este assunto é bem compreendido e está na pauta há muitos anos. Nos referimos, neste último caso, aos negros, negras, indígenas, pessoas portadoras de deficiência, mulheres, gays, lésbicas, travestis e transexuais. São enormes os desafios que estes setores enfrentam cotidianamente para que dentro e fora do partido sejam abolidos o preconceito e a discriminação. Os jovens encontram-se em situação semelhante.

Ao longo do processo congressual da juventude dizíamos que "A depender da visão de juventude adotada, haverá diferentes abordagens sobre os jovens e, portanto, serão formuladas diferentes políticas públicas e concepções de organização juvenil".

Afirmávamos igualmente que "se o PT não compreender as relações as quais a juventude (...) está submetida teremos sérios problemas: vamos nos impor um limite político-organizativo e ferir nossa prática libertária e emancipatória histórica na superação da opressão entre seres humanos".

Nos referimos às relações de poder e hierarquia que pesam internamente em um partido político, assim como na sociedade,

configurando-se uma opressão geracional. O 1º Congresso da JPT foi capaz de dar um passo importante para que o PT compreenda estas relações.

Primeiramente, porque suas resoluções apontam nitidamente qual a orientação que o conjunto do partido deve seguir, se quiser organizar sua juventude de acordo com a premissa de superar a opressão geracional que vigora atualmente.

Sua aprovação por aclamação em plenário não apenas demonstrou a maturidade política da JPT, significou a consolidação de uma formulação que pode ser utilizada como um instrumento para que a juventude não seja mais vista a partir de estereótipos e passe a ser encarada como sujeito político do partido com capacidade de intervenção e, portanto, um setor fundamental para as transformações sociais.

Em segundo lugar, o Congresso trouxe grandes avanços porque aprovou a autonomia política e organizativa da JPT. Objetivamente, o que muda de agora em diante é a forma como a juventude se relaciona com o conjunto do partido. A resolução, longe de significar um afastamento entre o PT e sua juventude – pelo contrário –, aponta que a juventude poderá ter posição própria a respeito de suas pautas e ter opinião diferente daquelas aprovadas pelas instâncias partidárias. Isto significa uma nova relação de diálogo interno.

No 1º ConJPT compreendeu-se que a juventude é uma fase da vida com necessidades e demandas específicas e que, por isso, uma organização orientada por jovens precisa de dinâmicas e formas de diálogo próprias se quiser uma aproximação mais efetiva do PT com a juventude brasileira e destes jovens com o PT.

Em suma, a aprovação da autonomia política e organizativa da JPT significou ter de direito o que já acontecia de fato. O Congresso já havia aprovado posições diferentes do PT: deliberou pela demissão de Henrique Meireles do Banco Central e de Hélio Costa do Ministério das Comunicações, por exemplo.

No entanto, para que a JPT pudesse fortalecer suas ações, era necessário que o Congresso aprovasse a vinculação de 3% do fundo partidário ao orçamento da JPT. Com uma votação apertada, a proposta foi rejeitada. Ainda dependente das finanças partidárias, a JPT permanecerá passando por dificuldades de potencializar sua ação.

O desafio que se coloca atualmente, portanto, é criar as condições para que o partido financie dirigentes com a tarefa exclusiva construir a JPT, a confecção de materiais de campanha, a rodagem de um jornal para a militância, a realização de atividades de formação política, entre muitas outras tarefas essenciais.

Porém, está dado que a JPT possui autonomia financeira, pois o processo militante de arrecadação permanece como pilar fundamental para o financiamento de nossas ações. Cabe a toda militância da JPT angariar recursos a partir de diferentes métodos: venda de materiais, contribuição militante, pedágios, rifas, etc.

A estrutura organizativa aprovada pelo Congresso da JPT será capaz de trazer um grande salto de qualidade na atuação da juventude petista.

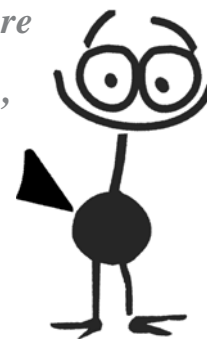
Destacamos a centralidade que possuirão os núcleos na organização que construiremos a partir de agora. Serão organizados por local de atuação e por área de militância e terão como função combater a dispersão na JPT, criar espaços de debate, construção partidária e mobilização, aproximar os jovens não filiados ao PT, fortalecer os vínculos do PT com os movimentos sociais e contribuir para a construção da JPT de massas pela base. Os núcleos serão elemento fundamental para o sucesso de uma organização militante, aonde o filiado deixa de ser convocado esporadicamente apenas para eleger suas direções e seus candidatos e passa a participar da vida interna do partido cotidianamente.

No 1º ConJPT compreendeu-se que uma organização orientada por jovens precisa de dinâmicas e formas de diálogo próprias.

Outro destaque que trazemos é a criação de espaços específicos de atuação dos jovens militantes dos diversos movimentos sociais. O modelo das direções aprovado para os três níveis (nacional, estadual e municipal) trará condições para um funcionamento mais efetivo e regular. Consolidou-se uma estrutura colegiada de gestão aonde cada membro assumirá uma tarefa específica, ampliou-se o tamanho das direções e serão organizadas pela conformação de uma executiva para dinamizar os trabalhos.

Foi aprovada a paridade de gênero e étnico-racial na composição das direções. Um importante avanço para intensificar a luta de mulheres e negros, aliando as ações afirmativas com políticas de fortalecimento destes setores na JPT.

No entanto, apesar das inovações, manteve-se o posto de Secretário/a Nacional da JPT. Certamente, o momento ideal de experimentar direções com uma Coordenação Geral composta por três membros seria esta primeira gestão, quando serão aplicados os

As resoluções sobre "JPT: concepção e funcionamento" estão, em geral, de acordo com as formulações que a Articulação de Esquerda .

novos elementos do modelo de organização aprovado. No entanto, ao mesmo tempo que a existência do posto de Secretário/a como figura pública não significa automaticamente que a organização política estará refém da centralização e do personalismo, deveremos atuar no sentido de evitar que estas características se incorporem na JPT.

As próximas gestões devem estar extremamente atentas ao funcionamento da estrutura aprovada e coerentes com a concepção de juventude e de organização política que orientou sua construção. Para garantir seu sucesso serão necessárias constantes avaliações acerca de sua dinâmica de funcionamento e sua democracia interna no sentido de aprimorá-las.

As resoluções sobre "JPT: concepção e funcionamento" estão, em geral, de acordo com as formulações que a Articulação de Esquerda apresentou através da tese "Tô vendo uma esperança!".

Já as resoluções sobre "O Brasil que queremos para a juventude", apesar de expressar a síntese das teses inscritas, distanciou-se em certa medida do programa que defendíamos. Não obstante apresentar as diretrizes do programa que o PT defende para a juventude brasileira, bem como a aprovação de emendas fundamentais, como o "Fora Meireles" e "Fora Hélio Costa", o texto-base aprovado por consenso não exprime a necessária articulação das Políticas Públicas de Juventude com medidas estruturantes que compõem o programa e a estratégia democrático-popular formulados pelo PT. Na resolução não se evidencia o socialismo como objetivo estratégico e a superação da sociedade capitalista como premissa.

O próximo período na JPT deve ser de intensa discussão sobre o programa pelo qual nos mobilizaremos. Nossa capacidade de dialogar com os anseios da juventude brasileira dependerá sobremaneira da pautas que apresentaremos e este diálogo somente se transformará em simpatia pelo PT e petismo organizado caso tenhamos um instrumento forte e uma direção à altura dos desafios colocados para a próxima gestão: ganhar as eleições 2008, disputar a Política Nacional de Juventude, organizar a JPT e mobilizar a juventude brasileira em torno do aprofundamento das transformações em curso.

Severine, a nova secretária da juventude do PT

⇨ A direção nacional eleita no I Congresso da JPT representa uma correlação de forças que se mantém pouco oscilante desde 2001. Porém, diferente do Encontro Nacional de Juventude de 2005, o campo que se constituiu maioria em 2008 para eleger a Secretária Nacional da JPT, Severine Macedo (foto), é também o campo que exerce maioria na direção nacional do partido, a Construindo um Novo Brasil (CNB).

Por outro lado, a chapa que se consagrou vitoriosa por dois votos de diferença, denominada "Socialista" é composta pelos principais setores que apoiaram a candidatura de Rafael Pops para Secretário Nacional no segundo turno do Encontro de 2005. Podemos extrair destes fatos duas constatações.

A primeira é de que o setor capaz de aumentar sua inserção na juventude foi a CNB. A segunda é de que as forças aglutinadas na chapa "Socialista" mantêm sua capacidade de unidade na juventude e impuseram uma derrota política à CNB.

Sem dúvida alguma, a Articulação de Esquerda, apesar da derrota eleitoral representada pela ausência de sua candidatura no segundo turno, sai deste Congresso da JPT com uma grande vitória política. Além da enorme responsabilidade que tivemos pela construção de um Congresso que certamente cumpriu com as tarefas a que se propôs – inserir a juventude como pauta constante do partido, contribuir para a visão dos jovens como sujeitos políticos e organizar a JPT – demonstramos a capacidade dirigente e de formulação que temos na juventude.

Nossa proposta de organizar Caravana Nacional da JPT, aprovada para ser realizada no segundo semestre de 2008, representa um grande avanço para que a JPT tenha um enorme salto de qualidade em sua organização interna e na sua expressividade externa para o conjunto da sociedade.

Sem dúvida alguma, acima de tudo, é a Juventude Petista quem sai vitoriosa deste ConJPT. Demonstrou ao conjunto do PT do que é capaz, desafiou e venceu os mais diversos obstáculos, conquistou sua autonomia e fez história no PT e na esquerda brasileira.

Este foi o primeiro passo para a construção da maior juventude partidária do Brasil. E significou muito mais do que isso: o I Congresso da JPT deixou claro que podemos e devemos conduzir uma transição geracional e política no PT.

Ele foi o início de uma jornada que deverá consolidar uma consistente transição de gerações capaz de contribuir na superação dos problemas políticos e organizativos vividos pelo partido atualmente e levar adiante a luta pelo socialismo por longos anos.

É na Juventude Petista que vemos a esperança de construir um Brasil socialista – e ela se fortalece. ★

Sem dúvida alguma, a Articulação de Esquerda, apesar da derrota eleitoral representada pela ausência de sua candidatura no segundo turno, sai deste Congresso da JPT com uma grande vitória política. Além da enorme responsabilidade que tivemos pela construção de um Congresso que certamente cumpriu com as tarefas a que se propôs.

*__Rodrigo Cesar__ é membro da Direção Nacional da JPT

Curso de Formação de Formadores

21 a 27 de Julho São Paulo

*Lício Lobo**

A X Conferência Nacional da Articulação de Esquerda adotou uma série de medidas político-organizativas considerando as necessidades da luta de classes e particularmente os desafios colocados para o PT na travessia do período final do segundo mandato de Lula e na construção de uma candidatura presidencial petista capaz de colocar num patamar superior a luta por transformações sociais profundas no Brasil.

Dentre estas medidas destaca-se a decisão de criar uma "Escola de Quadros da Articulação de Esquerda", visando elevar a nossa capacidade analítica coletiva e contribuir no esforço que é de todo o Partido de superar as debilidades crônicas que vêm se acumulando neste terreno.

Setores significativos do PT compreendem cada vez mais que é preciso tanto superar o ativismo desenfreado que exclui a possibilidade de reflexão crítica sobre a prática como enfrentar decididamente um certo empirismo que reveste uma gradual adaptação ao "modo burguês de fazer política".

A Escola de Quadros da AE visa estruturar um esforço coletivo permanente de elaboração política capaz de dar forma a uma contribuição singular ao debate teórico em curso na esquerda brasileira e mundial.

Trata-se portanto de um desafio de largo curso, de uma corrente petista que entende o Partido como espaço estratégico para a construção do socialismo no Brasil e portanto formula sua concepção de formação política em estreito diálogo com os dilemas políticos e estratégicos vivenciados pelo PT .

Tarefa de tão longo alcance é necessariamente obra coletiva. Assim, a primeira etapa deste processo que se inicia será a realização de um Curso de Formação de Formadores, no período de 21 a 27 de julho, em São Paulo, do qual devem participar militantes da AE com experiência na área de formação política ou que se proponham a nela atuar, designados pelas direções estaduais da corrente.

Este primeiro Curso de Formação de Formadores se articula com uma série de atividades previstas para a Escola de Quadros da AE no período que vai até dezembro de 2009, das quais se destacam cursos de formação política básica em todos os estados em que a AE

está organizada e um ciclo de seminários de "balanço do governo Lula", visando refletir sobre as bases programáticas da candidatura presidencial petista em 2010.

Um importante aspecto desta construção deve ser o empenho coletivo do conjunto da corrente na sua elaboração. Assim, já a elaboração do programa deste primeiro curso contou com a participação de várias/os companheiras/os, resultando na programação apresentada no box ao lado.

Não por acaso, o ponto de partida do programa é o estudo das resoluções da X Conferência Nacional da AE. Trata-se aqui do "estado da arte" da elaboração da corrente em temas chave, resultado de inúmeros debates e seminários que acumulamos para a intervenção no 3º Congresso do PT e no PED 2007, enriquecidos com o debate preparatório para a X Conferência Nacional da AE e os desdobramentos da conjuntura atual.

Do debate e do estudo destas resoluções podemos e devemos consolidar pontos de vista, desdobrar polêmicas, pontuar necessidades de aprofundamento teórico, de modo a tornar o processo de preparação do 1º Congresso da Articulação de Esquerda, marcado para maio de 2009, um momento superior da nossa elaboração política coletiva, envolvendo desde já a base da corrente neste debate.

O estudo das experiências históricas de tentativas de construção do socialismo e da história do Brasil deve ser feito à luz das problemáticas e polêmicas realçadas pelo debate sobre as nossas resoluções, culminando com o estudo do governo Lula .

Estudar e avaliar criticamente o sentido destes últimos anos, seus dilemas e as potencialidades que abre é atualmente a tarefa síntese para um processo de formação que pretende contribuir não apenas para compreender o Brasil, mas para transformá-lo. ★

***Licio Lobo,** Dirigente do PT Diadema e da Direção Nacional da AE

PROGRAMAÇÃO

Dia 21/07 – segunda feira
Manhã: Abertura,
Tarde: Estudo da resolução da X Conferência da AE - Socialismo, Estratégia e Bloco Histórico
Noite: Livre

Dia 22/07 – terça feira
Manhã - Estudo da resolução da X Conferência - A questão do programa
Tarde - Estudo da resolução da X Conferência - a questão do Partido
Noite - História da Luta pelo Socialismo - período 1848-1917

Dia 23/07 – quarta feira
Manhã: História da Luta pelo Socialismo - O Lugar do Marxismo na História - Questões de Método
Tarde: História da Luta pelo Socialismo - A Revolução Russa (1917-1991)
Noite: História da Luta pelo Socialismo - A Revolução Chinesa (1949-2008)

Dia 24/07 – quinta feira
Manhã: História da Luta pelo Socialismo - A Revolução Cubana e as guerrilhas da América Latina (1959-1979-2008)
Tarde: História da Luta pelo Socialismo - O Governo da Unidade Popular no Chile (1970-1973)
Noite: História da Luta pelo Socialismo - Período 1980-2008, caracterização do atual período da luta de classe, debate sobre neoliberalismo e imperialismo

Dia 25/07 – sexta feira
Manhã: História do Brasil - 1500 a 1930 (Colônia, Império, República Velha)
Tarde: História do Brasil - 1930 a 1980
Noite: História do PT

Dia 26/07 - sábado
Manhã: História da AE
Tarde: História do Governo Lula - caracterização, o lugar da "institucionalidade"
Noite - Festa

Dia 27/07 - domingo
Manhã - Avaliação do Curso
Tarde - Reunião do Coletivo de Formadores - planejamento de tarefas, cursos e atividades
Encerramento - 17 horas